

HORTAS URBANAS, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA: A HORTA COMUNITÁRIA DA ZONA NORTE EM ARARAQUARA-SP

URBAN GARDEN, AGROECOLOGY, SOLIDARITY ECONOMY: THE COMMUNITY GARDEN OF THE NORTH ZONE IN ARARAQUARA-SP

HUERTA URBANA, AGROECOLOGÍA, ECONOMÍA SOLIDARIA: LA HUERTA COMUNITARIA DE LA ZONA NORTE DE ARARAQUARA-SP

Sergio Azevedo FONSECA¹

Leandro Pereira MORAIS²

Caio Luis CHIARIELLO³

Resumo: Frente aos acontecimentos ocasionados pela COVID-19, implicações negativas ocorreram (e ocorrem ainda) na dimensão do contato, da vivência e da partilha de relações. No que toca à temática deste artigo, impactos se fizeram sentir no cotidiano dos empreendimentos de economia solidária, tanto no campo da produção e da comercialização, quanto no processo de trabalho. Nessa esfera, defende-se aqui que a economia solidária possa contribuir para o enfrentamento de uma diversidade de efeitos da pandemia, no curto e médio prazos. Uma das possibilidades remete à formulação e ao uso de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas e reaplicadas em diferentes territórios. Neste artigo, busca-se investigar as conexões entre economia solidária, tecnologias sociais e o enfrentamento do cenário pós-pandemia sob o olhar de hortas comunitárias urbanas, tendo como foco uma experiência

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: sergio.fonzeca@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8457-2668>

² Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: leandro.morais@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3945-9455>

³ Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, Mato Grosso, Brasil. E-mail: caiochiariello@ufgd.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9726-5133>

no município de Araraquara, interior do Estado de São Paulo. A experiência é tratada como uma tecnologia social que ganha força no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional, sobretudo, para as populações mais vulneráveis. A pesquisa, de natureza qualitativa, encerra um caráter exploratório, delineada como pesquisa-ação, tendo os dados sido coletados por meio da observação participante.

Palavras-Chave: Crise, Segurança Alimentar, Hortas Urbanas, Governança Democrática.

Abstract: Faced with the events caused by COVID-19, negative implications occurred (and still occur) in the dimension of contact, experience and sharing of relationships. With regard to the theme of this article, impacts were felt in the daily life of solidarity economy enterprises, both in the field of production and commercialization, as well as in the work process. In this sphere, it is argued here that the solidarity economy can contribute to facing a variety of effects of the pandemic, in the short and medium term. One of the possibilities refers to the formulation and use of social technologies that can be designed, proposed and reapplied in different territories. This article seeks to investigate the connections between solidarity economy, social technologies and coping with the post-pandemic scenario from the perspective of urban community gardens, focusing on an experience in the municipality of Araraquara, in the interior of the State of São Paulo. The experience is treated as a social technology that gains strength in the face of food and nutritional insecurity, especially for the most vulnerable populations. The research, of a qualitative nature, has an exploratory nature, outlined as action research, with data collected through participant observation.

Keywords: Crisis, Food Security, Urban Gardens, Democratic Governance

Résumé: Frente a los hechos provocados por la COVID-19, ocurrieron (y aún ocurren) implicaciones negativas en la dimensión del contacto, la experiencia y el compartir de las relaciones. En relación con el tema de este artículo, se sintieron impactos en el cotidiano de las empresas de economía solidaria, tanto en el campo de la producción y comercialización, como en el proceso de trabajo. En este ámbito, aquí se argumenta que

la economía solidaria puede contribuir a enfrentar diversos efectos de la pandemia, en el corto y mediano plazo. Una de las posibilidades se refiere a la formulación y uso de tecnologías sociales que puedan ser diseñadas, propuestas y reaplicadas en diferentes territorios. Este artículo busca investigar las conexiones entre la economía solidaria, las tecnologías sociales y el enfrentamiento de los escenarios postpandemia desde la perspectiva de los huertos comunitarios urbanos, centrándose en una experiencia en el municipio de Araraquara, en el interior del Estado de São Paulo. La experiencia es tratada como una tecnología social que cobra fuerza ante la inseguridad alimentaria y nutricional, especialmente para las poblaciones más vulnerables. La investigación, de carácter cualitativo, tiene un carácter exploratorio, perfilada como investigación acción, con datos recogidos a través de la observación participante.

Palabras Clave: crisis, seguridad alimentaria, huertos urbanos, gobernanza democrática.

INTRODUÇÃO

A despeito das diferentes possibilidades de se definir as economias solidárias (ou social, popular, cooperativa etc.), possibilidades essas que ganham contornos específicos a depender do local, bem como de sua formação histórica, política e socioeconômica, a economia solidária, como construto teórico e empírico, contempla princípios que privilegiam o comum, a partilha, o local, o coletivo, a cooperação, o trabalho, em detrimento do isolacionismo, da atomização, da desagregação, da concorrência e da competição, sob a égide das relações de e no capital. Nessa perspectiva, a imbricação da conceituação e dos princípios da economia solidária remete à primazia da propriedade coletiva, do trabalho associado e da participação democrática.

Nesta terceira década do século XXI, face aos acontecimentos ocasionados pela COVID-19, implicações negativas ocorreram (e ocorrem ainda) na dimensão do contato, da vivência, da partilha de relações; impondo seu jugo sobre as ações da economia solidária, exigindo práticas de

distanciamento e isolamento social, quarentena e resguardo domiciliar como forma de restringir o contágio pelo coronavírus.

Adicionalmente, assim como já antecipado, outros impactos são sentidos, no cotidiano dos empreendimentos de economia solidária, no campo da produção e do processo de trabalho, cenário este que se alia à perda de dinâmica econômica, de renda e de emprego de toda a economia, agravando a situação desses empreendimentos, uma vez que suas receitas provêm das relações com mercados locais, populares, justamente aqueles mais afetados pela dimensão econômica da pandemia.

Tais dificuldades e restrições impõem como desafio a formulação e o uso de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas e reaplicadas por empreendimentos solidários, em diferentes territórios. Vale lembrar que a própria concepção teórica da tecnologia social está intimamente ligada à solidariedade, à cooperação e ao atendimento de demandas sociais, pela mobilização, troca e disseminação de saberes locais.

Neste artigo, investigam-se as conexões entre a economia solidária, as tecnologias sociais e o enfrentamento do cenário pós-pandemia a partir das hortas comunitárias, vistas como uma tecnologia social que vem ganhando força como forma de segurança alimentar e nutricional em contextos de elevada vulnerabilidade social (FERREIRA, 2019). De acordo com Biazotti (2020), no Brasil, de 1980 a 2000, observaram-se as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza nas cidades, quando movimentos sociais passaram a também incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos bairros e moradias em regiões carentes.

Mais recentemente, ao longo da última década, a agricultura urbana e as hortas comunitárias foram inseridas no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como elemento de segurança alimentar, preservação ambiental e ocupação de espaços urbanos.

O artigo apresenta uma experiência empírica da economia solidária que passou a ganhar expressão crescente no município de Araraquara (SP). Em sua condução, o artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: quais os desafios e as especificidades de experiências particulares de hortas populares urbanas em Araraquara durante e no pós-pandemia da Covid-19? Deriva daí o objetivo nuclear que é o de relatar a trajetória de iniciativas populares periféricas de criação e manutenção de hortas urbanas.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta breve introdução, a seção posterior discute aspectos da economia solidária na contingência da pandemia. Na sequência, abordam-se as conexões entre a economia solidária, as tecnologias sociais e as hortas comunitárias para, em seguida, na seção 3 apresentar a experiências das hortas comunitárias urbanas em tempos de Covid-19 em Araraquara, concluindo com as considerações finais.

1. A Economia Solidária no Contexto da Pandemia

A economia solidária, em seus construtos teórico-empíricos, se norteia por princípios que privilegiam o comum, a partilha, o local, o coletivo, a cooperação, o trabalho, em detrimento do isolacionismo, da atomização, da desagregação, da concorrência e da competição, sob a égide das relações de e no capital. Destarte, a economia solidária se manifesta a partir da livre adesão dos trabalhadores e trabalhadoras a desenvolverem atividades econômicas, mas também sociais, afetivas, comunais, de forma coletiva, ligadas ao consumo, produção, comercialização e distribuição de bens e serviços aos setores público e privado.

De forma sintética, a economia solidária tem como características a propriedade coletiva dos meios de produção, a concepção e execução dos processos de trabalho de forma associada e a autogestão dos empreendimentos

pelo próprio corpo de trabalhadores sócios (SINGER, 1998, 2002, FRANÇA FILHO, 2002).

Lisboa (2006) elenca princípios para a fundamentação da economia solidária em três âmbitos: 1) social, princípio voltado para a identidade, pertencimento, empoderamento local, dimensões étnicas, de gênero, culturais, inclusão dos excluídos, condições laborais, condições dignas de vida; 2) econômico, como nível de rendimentos, cargas de trabalho, duração da jornada de trabalho; qualificação; formação; inovação; propriedade coletiva dos meios de produção; participação na gestão; 3) territorialidade, com utilização de recursos locais; intercooperação; participação na política do entorno; preço justo; práticas de consumo sustentáveis; monitoramento das cadeias produtivas.

Tais princípios sustentam a primazia da propriedade coletiva, do trabalho associado e da participação democrática. A propriedade coletiva dos meios de produção deriva para o seu uso comum, com autogestão na organização do trabalho associado, na execução e gestão da produção e do trabalho, com compartilhamento dos conhecimentos aplicados na produção de bens e serviços, seja para auto-consumo ou para comercialização do excedente, resultando na socialização dos resultados operacionais e da riqueza gerada. Essa organização coletiva da produção material remete a uma alternativa, uma resistência à hegemonia do modo de produção capitalista e seus desdobramentos (EID et al., 2015, DAL RI; VIEITEZ, 2013)

Um dos elementos mais caros à economia solidária reside no caráter mutual, comum, impresso desde as discussões até a constituição formal dos empreendimentos, passando pela arquitetura interna autogestionária, deliberação sobre quais atividades econômicas desenvolver, tecnologias aplicar, jornadas de trabalho, formas de remuneração, organização do trabalho concreto, intercooperação, inserção em mercados, acesso a políticas públicas, dentre outras. Em síntese, as etapas organizativas e operacionais de um empreendimento solidário são perpassadas pela intensa participação presencial de seus membros, partilhando espaços e atividades integradas internamente,

com denso contato entre si, revestido de sociabilidade e troca de saberes, experiências, empatia, solidariedade.

Foi justamente nessa dimensão do contato, da vivência e da partilha de relações, que o advento da pandemia da COVID-19 impôs seu jugo sobre as ações da economia solidária, exigindo práticas de distanciamento e isolamento social, quarentena e resguardo domiciliar, como formas de restringir o contágio pelo coronavírus no mínimo. Tal profilaxia foi recomendada pela Organização Mundial da Saúde e especialistas em epidemiologia para conter a disseminação da doença. O apartar das relações de convívio, de convergência e reciprocidade entre os participantes das experiências solidárias é um complicador para a consolidação das atividades coletivas, já de difícil manutenção frente aos muitos desafios que lhe são inerentes.

Aos óbices ocasionados pela pandemia nos processos internos dos empreendimentos, à produção e ao processo de trabalho, somam-se a retração da atividade econômica, da renda e da demanda, agravando a situação dos empreendimentos, uma vez que suas receitas provêm das relações com mercados locais, populares, justamente aqueles mais afetados pela dimensão econômica da pandemia.

Para se ter uma ideia dos nefastos impactos socioeconômicos desta situação pandêmica, de acordo com a Cepal (2020), a atividade econômica global caiu mais do que o previsto, o que implicou em efeitos nocivos para a situação na América Latina e Caribe – epicentro da pandemia – região que experienciou uma queda de seu Produto Interno bruto (PIB) em mais de 9% pós-pandemia. Como corolário, verificou-se i) aumento da taxa de desemprego regional; ii) incremento do número de pessoas em situação de pobreza, levando a quase 40% da população da região a esta situação; iii) aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e fome.

Diante dessa conjuntura, urge à economia solidária, seus trabalhadores e trabalhadoras, os estudiosos do tema e seus simpatizantes, se debruçarem e

refletirem acerca de alternativas no curto e médio prazos que assegurem a preservação das atividades coletivas.

Neste sentido, em contexto pandêmico, França Filho, Magnelli e Eynaud (2020) advogam pela retomada da economia pela sociedade e sua democratização, acionando a redefinição do poder político popular sobre os territórios, preservando a sócio-diversidade. Para o autor, um suposto conflito entre as duas urgências, a de manter a atividade econômica e a de proteger a saúde da população é falacioso, uma vez que se deve operar no nível em que as ideias democráticas e solidárias se sobreponham à prioridade absoluta das questões econômicas. Rejeita, portanto, que o direito primordial à vida, à saúde e a um ambiente saudável seriam obstáculos para um bom desenvolvimento econômico.

A própria trajetória da economia solidária registra constantes mutações e adaptações. Tanto o conceito quanto as experiências apresentam plasticidade em sua aplicação de acordo com determinada comunidade, região, país, consubstanciada por processos históricos específicos. Moraes (2020) aponta que se pode encontrar denominações como Economia Social, Sócio-economia Solidária, Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários, Empreendimentos autogestionários, Empresas Recuperadas, Cooperativas Populares, Bancos comunitários, Clubes de troca dentre outras, que são singulares, mas que expressam formas de organização da produção e do trabalho ancoradas nos conceitos e princípios já mencionados. Visto sob este prisma, a capacidade de adaptação e resiliência das experiências contidas no arco da economia solidária pode ser crucial para transpor o momento delicado, ressignificando, conforme França Filho, Magnelli e Eynaud (2020), a própria dimensão e o alcance da solidariedade e da democracia.

Uma das dimensões de adequação e adaptação dos empreendimentos de economia solidária, já extensamente debatida na literatura, remete à formulação de tecnologias sociais passíveis de serem arquitetadas, propostas, e adotadas pelos empreendimentos, com vistas a manejarem o aparato técnico

sob sua autodeterminação. A própria concepção teórica da tecnologia social está intimamente ligada à solidariedade e à cooperação. Tem como protagonistas os trabalhadores e trabalhadoras atuando de forma solidária, autogerida, compreendendo ciência e técnica enquanto dispositivos para o aprimoramento dos bens e serviços gerados pelo trabalho associado (DAGNINO, 2018). O desenho, a arquitetura da estrutura material e espacial da produção e a distribuição e apropriação do excedente se dá por vontade dos trabalhadores também proprietários, sob uma proposta de adequação sócio-técnica, sem comprometer os resultados operacionais.

Dagnino (2020) expande a reflexão das tecnologias sociais para a concepção de uma tecnociência solidária, que decorre da ação do coletivo sobre os processos de trabalho em função do contexto socioeconômico em tela e de um acordo social pactuado, derivando, no ambiente produtivo, para o controle autogestionário e para a cooperação, realinhando as estruturas da produção e a apropriação do seu resultado, conforme deliberação coletiva.

Caberia, então, aos empreendimentos de economia solidária, em suas diversas modalidades, mobilizarem saberes e experiências, sintetizando-os para a elaboração, aplicação e validação de tecnologias sociais tanto no campo da produção, gestão e distribuição, objetivando uma maior versatilidade frente às novas dinâmicas econômicas, sociais e sanitárias impostas. No caso do presente estudo, são apresentadas as tecnologias sociais arquitetadas por empreendimentos de Hortas Comunitárias urbanas, geridas coletivamente e tendo por meta solidarizar a produção de alimentos de forma a contribuir para a segurança alimentar dos seus participantes e das comunidades.

A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, encerra um caráter exploratório, delineada como pesquisa-ação, tendo os dados sido coletados por meio da observação participante.

2. Hortas comunitárias, economia solidária e tecnologias sociais

Uma das características da economia solidária é prover dignidade aos seus trabalhadores por meio da ação coletiva nos empreendimentos. Uma das modalidades históricas da economia solidária no Brasil são as cooperativas populares rurais em assentamentos de reforma agrária formadas a partir de movimentos sociais do campo. Nessas cooperativas, busca-se promover coletivamente o sustento alimentar das famílias, sendo a produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo uma de suas principais atividades econômicas. Mesmo avançando para a produção de excedente para comercialização, tecnicizando suas atividades agroindustriais com adoção de tecnologias sociais, acessando políticas públicas e alcançando mercados nacionais e internacionais, a questão de prover todos os seus participantes com alimentação farta e de qualidade sempre foi a prioridade no interior das cooperativas populares rurais (EID et al., 2015).

Para além das experiências solidárias no meio rural, desenvolvendo atividades agrícolas de forma coletiva, a agricultura urbana tem se mostrado um mecanismo de ocupação coletiva de espaços urbanos e mesmo de reinvenção das cidades e comunidades. Remete à iniciativa de trabalhadores urbanos, muitos deles egressos do campo, que historicamente buscam amenizar suas dificuldades alimentares nas cidades.

A agricultura urbana, de acordo com a FAO (2014), deve ser reconhecida como dinamizadora do desenvolvimento sustentável das cidades, em seus aspectos produtivos e de abastecimento. A perspectiva de agricultura urbana, segundo Smit, Nasir e Ratta (1996) e Mougeot (2000), abarca atividades produtivas realizadas em meio urbano, via manejo da terra, uso de águas, bem como de sistemas alimentares operacionalizados pelos hortelãos. A agricultura urbana e periurbana é definida por fatores locais, escala de produção, produtos, destinação, atividades econômicas apoiadas em sinergias no ecossistema urbano de captação de água da chuva, compostagem, reutilização de resíduos sólidos originados da construção de jardins e hortas, para disponibilização de

gêneros alimentícios e não-alimentícios para consumo próprio ou mesmo comercialização do excedente. Paralelamente, as hortas comunitárias vêm se inserindo na agenda política dos municípios como objetos de políticas públicas, pois alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), notadamente: ODS 1, Erradicação da Pobreza; ODS 2, Fome Zero; e ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis (SANTOS et al., 2019, GONÇALVES et al. , 2019).

Eis aqui uma interessante e pertinente questão: a contribuição da economia solidária para a implementação dos ODS nos respectivos territórios (MORAIS; BACIC, 2020, UNFSSE, 2022). Como se sabe, os empreendimentos de economia solidária oferecem vantagens para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos, incluindo a coesão social, o empoderamento e o reconhecimento de uma economia plural. Primeiro, porque são organizações que frequentemente são criadas de baixo para cima, emergindo dentro das comunidades locais. Segundo, porque permitem uma participação significativa de voluntários, que frequentemente desempenham um papel importante na criação e na fase inicial das cooperativas. Terceiro, pois suas atividades geram excedentes, que são distribuídos aos seus proprietários.

Conseqüentemente, a estrutura de governança também tende a ser mais inclusiva e democrática, dando voz a diferentes tipos de parceiros (trabalhadores, cooperados, voluntários, usuários etc.) no processo de tomada de decisões coletivas, permitindo o empoderamento das comunidades e a oferta e demanda de serviços locais.

Tais características fazem com que as Nações Unidas reconheçam a economia solidária como um dos caminhos auxiliares que podem contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis, expressos pelos ODS, já que os ODS são integrados e mesclam as três dimensões do desenvolvimento territorial sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Para Utting (2018), um foco na economia solidária necessariamente atende o objetivo dos ODS de não deixar ninguém para trás, redirecionando a atenção para os territórios locais e os grupos vulneráveis e enfatizando, assim, a cidadania ativa e a democracia participativa, que são essenciais nas demandas dos grupos marginalizados. Isso deriva do fato de que a economia solidária atua diretamente com as pessoas e em seus territórios, garantindo uma abordagem *bottom-up* e com estreito vínculo com as demandas reais das comunidades. Ainda, conforme o autor, vários relatórios identificaram ligações entre a economia solidária e os ODS e convocaram governos e organizações multilaterais para incluir a economia solidária em suas discussões e planejamento relacionado aos meios de implementação. Inclusive, cabe ressaltar que Utting (2018) relacionou quatro áreas temáticas dos ODS: segurança alimentar/agricultura sustentável; acesso a serviços sociais; empoderamento econômico das mulheres; e emprego/trabalho digno.

Em se referindo particularmente às hortas comunitárias, de forma sinóptica, no quadro 1, pode-se caracterizar as modalidades e os espaços urbanos para o desenvolvimento de hortas comunitárias.

Quadro 1 - Espaços e áreas de implantação de hortas comunitárias

Espaços Públicos	Áreas de propriedade municipal, estadual e federal
	Instituições: escolas e creches, hospitais, postos de saúde, presídios,
	Não edificáveis: espaço lateral de estradas, avenidas, linhas férreas, faixa sob linha de alta tensão, margens de curso de água
	Verdes urbanos: praças, parques, canteiros de vias públicas
Espaços Privados	Lotes vagos ou abandonados, terrenos baldios, lajes e tetos de edificações, quintais residenciais, pátios, áreas verdes em condomínios e conjuntos habitacionais, etc.

Fonte: Adaptado pelos autores, com base em Biazotti (2020).

Desde a década de 1980, em regiões da América Latina, África e Ásia, a agricultura urbana vem ganhando força como forma de segurança alimentar frente a momentos de profundas crises econômicas (FERREIRA, 2019). Segundo Biazotti (2020), no Brasil, no período de 1980 a 2000, observou-se as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza nas cidades, quando movimentos sociais passaram a também incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos bairros e moradias em regiões carentes. Já de 2000 a 2019, a agricultura urbana e as hortas comunitárias passaram a ser inseridas no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como elemento de segurança alimentar e preservação ambiental, como formas de ativismo político e ocupação de espaços urbanos.

Pode-se dizer que a agricultura urbana aplicada na construção coletiva das hortas comunitárias seja uma realidade, implicando o questionamento sobre o tipo de cidade em que se deseja viver, as relações sociais e com a natureza, que se busca estabelecer. A temática das hortas comunitárias adentra no debate do direito sobre a cidade, direito coletivo, que representa um exercício de poder coletivo no processo de urbanização (HARVEY, 2014). Uma distinção na concepção de agricultura urbana se encontra em McIntock (2014), para quem as experiências podem ter diferentes nuances: hortas institucionais, quando desenvolvidas em espaços públicos ou privados, mediadas por instituições para complementar a outras atividades assistenciais, filantrópicas, educacionais ou confessionais, mobilizando um aspecto pedagógico no uso do espaço urbano e as questões alimentares e nutricionais; hortas de guerrilha, quando as atividades nos espaços de cultivo são revestidas de uma perspectiva ativista e política visando denunciar aspectos da segurança alimentar, desenvolvimento urbano irregular, especulação imobiliária, monopólios da indústria alimentícia, propondo uma redefinição do espaço urbano fortalecendo a noção de comunidade como expressão política.

Nessa perspectiva, é apresentado, a seguir, o caso das hortas comunitárias que vem se consolidando no município de Araraquara, município situado no Estado de São Paulo.

3. Hortas comunitárias em Araraquara: experiências solidárias e tecnologias sociais para a agroecologia e a alimentação popular saudável

3.1 O município de Araraquara (SP): breve apresentação de seu ecossistema para a economia solidária

De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2019), o município de Araraquara, localizado na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo com uma área 1.003,63 km², tinha uma população de 236 mil habitantes em 2019, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7,98 bilhões em 2017 e uma renda per capita de R\$ 39 mil nesse mesmo ano.

Em sua estrutura produtiva tem destaque a agroindústria, principal âncora da sua economia, pontificando os ramos de processamento de cítricos e de açúcar e álcool. Têm relevância também os ramos de confecções, têxtil e metal mecânico. Na indústria metal mecânica, relevante espaço é ocupado por empresas vinculadas ao segmento agroindustrial, secundado pelos segmentos aeronáutico e ferroviário, com unidades implantadas mais recentemente. Adicionalmente, Araraquara também é um importante polo de comércio e prestação de serviços para toda a região, com destaque para a existência de universidades e centros de pesquisa.

Em se tratando do campo da economia solidária, de acordo com Fonseca *et al.* (2014), o primeiro passo para a organização deste foi dado em 2004, quando da criação, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCLAr/UNESP), do Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania (NEESC). Em 2005, a Prefeitura Municipal criou a Coordenadoria da

Economia Solidária, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em fins de 2007, com a publicação de um edital de chamada de projetos no contexto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), Programa do governo federal, foi criada uma incubadora de empreendimentos de economia social e solidaria no campus de Araraquara da Unesp, em parceria com um grupo de professores e estudantes do campus de Franca da mesma Universidade.

Conforme registro por Fonseca e Grigoletto (2012), a aprovação do projeto, em fins de 2008, representou o fator motivador para o início das atividades da Incubadora, embora as condições materiais somente tenham sido criadas em 2011. Dentre as atividades, destaque deve ser dado ao Fórum de Economia Solidária de Araraquara, ocorrido em 2008, ocasião na qual os grupos trocaram experiências. O principal resultado do Fórum, contudo, foi a elaboração e a aprovação da Carta de Princípios da Economia Solidária de Araraquara. Outra importante conquista desse período foi a aprovação da Lei Municipal da Economia Solidária, em fins de 2009. Esta Lei representou uma garantia para que as ações de ESS fossem mantidas, a despeito da mudança do governo na gestão subsequente.

O ano de 2017 passou a representar um marco para o movimento da economia solidária de Araraquara. As principais sinalizações foram dadas pela nova administração municipal, que assumiu o mandato na prefeitura em janeiro. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, as seguintes iniciativas e ações:

- a) Fortalecimento e dinamização da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária, inclusive com a sua transformação em Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária;
- b) Realização da 1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP, com o tema Desenvolvimento econômico local com trabalho decente: geração de renda e inclusão social, organizada de forma coletiva pelo poder público e a sociedade civil, onde foram

- debatidas e deliberadas propostas que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e do Plano Municipal de economia solidária;
- c) Como decorrência da Conferência, criação do Sistema Municipal de Economia Criativa e Solidária;
 - d) Inclusão, no texto da Lei Orçamentária Anual do município para 2018, de um total de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária.

Ademais, é importante mencionar a atuação do prefeito municipal como Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos em Economia Solidária que, por sua vez, possui um estreito diálogo com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ambas organizações atuantes com vistas a contribuir para a criação de espaços para o debate e a proposição de meios adequados para fomentar o desenvolvimento da economia solidária e estimular parcerias, entre as prefeituras e os governos estaduais e federal.

Outro marco importante para o movimento da economia solidária em Araraquara ocorreu em 2017 quando, na mesma já mencionada FCLAr, reativou-se, sob nova roupagem, um Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania, o NEPESC. Esse grupo, formado, sobretudo, por estudantes dos cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas e Ciências Sociais, sob a supervisão de docentes da unidade, vem realizando uma série de projetos de pesquisa e de extensão na região, sendo, um destes, o das Hortas Comunitárias.

Adicionalmente, é importante complementar que o governo municipal, iniciado em 2017 e reeleito em 2021, estabeleceu, como meta, a construção de uma cidade participativa e solidária, buscando implantar um programa de governo dividido em 04 eixos principais: Gestão democrática e participação popular; Transparência e controle social; Desenvolvimento e sustentabilidade; Qualidade de vida e efetivação de direitos sociais. Importantes decisões são tomadas a partir do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais, tais

como os de idosos, jovens, mulheres, igualdade racial, pessoas com deficiências e população LGBT etc. Tais instrumentos garantem um amplo processo de debates, com a participação da população, que delibera o plano de investimentos para o exercício orçamentário do ano seguinte, adotando uma prática de transparência na gestão e de total controle público. Toda a elaboração programática busca estar em sintonia com os ODS, desde os eixos que orientam as políticas públicas, passando pela proposta de gestão democrática e controle social (SILVA, 2017), tendo destaque o fortalecimento da economia solidária.

3.2 A trajetória do movimento de hortas comunitárias em Araraquara

Uma expressão empírica da economia solidária que passou a ganhar expressão crescente no município de Araraquara com o advento da pandemia do COVID-19 foi a correspondente às hortas urbanas, que passaram a adquirir caráter emergencial no enfrentamento ao agravamento das condições nutricionais de parcela significativa das populações mais vulneráveis, não apenas em Araraquara, mas no país como um todo.

A experiência cujo desenrolar é ora relatado teve início em 2016, em um território localizado na zona norte de Araraquara, precariamente urbanizado anos antes por meio do programa Minha Casa Minha Vida, tendo recebido o nome de Residencial Valle Verde. O território começou a receber os seus primeiros moradores em 2015, passando a se constituir na região mais populosa entre os territórios vulneráveis de Araraquara, perfazendo mais de 5 mil moradias, com aproximadamente 22 mil habitantes em 2019. Dos residentes no território, em 2018, 773 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. O perfil predominante é constituído por mulheres de baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto), chefes de famílias monoparentais. Quando do início da ocupação, o território era desprovido de aparelhos públicos como escolas, creches, praças ou postos de saúde, além de ocupar uma área que,

originalmente, era legalmente protegida como destinada a reflorestamento e preservação de mananciais.

Naquele início de 2016 um grupo de moradores, com proximidade de vizinhança, iniciou o plantio de uma pequena horta em fundo de quintal, em aproximadamente 90 m², para autoabastecimento de hortaliças aos participantes do grupo. A ideia logo vingou e motivou os participantes da iniciativa a buscarem alternativas para a expansão e a ampliação da produção, com vistas a suprir necessidades alimentares dos demais moradores do território. Em janeiro de 2017 a oportunidade de expansão passou a adquirir ares de realidade, quando o mesmo grupo de moradores vislumbrou a possibilidade de ocupar um terreno público ocioso, que vinha sendo utilizado como depósito ilegal de resíduos, verdadeiro lixão a céu aberto. Nesse mesmo ano, de 2017, o nível de organização já adquirido pela comunidade propiciou a criação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte, que passou a organizar mutirões comunitários dominicais, pelos quais foi realizada, em um primeiro momento, a limpeza do terreno – de aproximadamente 6.300 m².

Passo seguinte foi o plantio de mudas de hortaliças em um pequeno espaço do terreno, com mudas adquiridas no comércio, com recursos dos próprios participantes. Nessa altura, o grupo se deu conta de que não dispunha de pontos de água para fazer a irrigação da horta. Recorreu ao Departamento Autônomo de Água e Esgoto do município (DAAE), sendo atendido com a instalação de um ponto e uma cota mensal de água. Resolvido o problema da água, o novo desafio do grupo foi buscar meios alternativos e criativos capazes de atrair e mobilizarem os moradores do bairro, notadamente jovens, para atuarem em caráter permanente, e com disciplina comunitária, nas atividades da horta. O primeiro grupo focal foram as crianças que ficavam na rua e que, movidas pela curiosidade, começaram a se aproximar, atraídas por manifestações de capoeira, maracatu, samba de côco e outros batuques da cultura popular, que passaram a ocorrer regularmente aos domingos pelas manhãs.

Não demorou a que os pais e responsáveis começassem a se aproximar, em um primeiro momento para verificar o que as crianças faziam e, na sequência, para se engajar nas práticas coletivas. A curiosidade logo chamou a atenção de número crescente de pessoas, não apenas residentes no bairro, mas de outros territórios do município. Os frutos logo, embora não em pouco tempo, começaram a ser colhidos: além do abastecimento alimentar, tornou-se perceptível o empoderamento da comunidade, a transformação social, a redução do descarte irregular de resíduos, o resgate e a valorização da cultura e da arte popular, o reconhecimento, pela população do bairro, da importância do diálogo com educação e formação e o aumento da autoestima da comunidade.

Não demorou para a iniciativa chamar a atenção da universidade. A oportunidade para o estabelecimento de uma cooperação da universidade com a comunidade surgiu no final de 2018, quando da publicação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Chamada nº 36/2018-A, Desenvolvimento de Tecnologia Social. Na ocasião, a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Unesp, submeteu um projeto denominado Corredor verde agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara (SP).

O projeto se fundamentou em cinco campos conceituais articulados:

Produção agroecológica: conjunto de princípios socioambientais aplicáveis às práticas agrícolas, com valorização dos saberes populares e tradicionais, capazes de nortear as atividades realizadas em hortas comunitárias;

Educação alimentar e nutricional: conjunto de conhecimentos que visam a promover hábitos alimentares saudáveis e o combate ao desperdício de alimentos, que vêm sendo disseminados no território;

Inovações em tecnologias sociais: conjunto de conhecimentos, gerados pelo diálogo e a interação entre os saberes eruditos (da universidade) e populares, que aprimoram os fazeres populares (as tecnologias sociais), agregando valor aos mesmos;

Empreendedorismo: atributo pessoal ou coletivo que, combinando conhecimentos, criatividade e iniciativa, propicia a geração perene de trabalho e renda;

Economia solidária: compreende uma diversidade de atividades econômicas e sociais realizadas sob a égide da cooperação e do mutualismo; é conceito e princípio nuclear e norteador do projeto, devendo se materializar não apenas no fortalecimento do associativismo, como também na criação de redes de produção, distribuição e comercialização.

As atividades em cooperação da universidade com a comunidade tiveram início no primeiro semestre de 2019, com o aporte de recursos do projeto para a aquisição de equipamentos e insumos capazes de dinamizarem as atividades produtivas na horta, sob a coordenação da Associação Horta Comunitária da Zona Norte.

Ao longo do ano de 2019, um conjunto de atividades foram realizadas, com destaque para:

- O plantio de 1500 mudas de espécies arbóreas nativas na APP da nascente do Ribeirão das Cruzes, principal manancial urbano de Araraquara;
- A limpeza e o preparo do solo em área de 6.230 m², para ocupação pela Associação Horta Comunitária da Zona Norte;
- O plantio de 1200 mudas de espécies arbóreas no terreno da horta, criando ambiente propício ao conceito de agroecologia;

- A disseminação de conhecimentos e de técnicas para o melhor aproveitamento dos alimentos, com impactos diretos sobre a redução de desperdícios;
- A instalação de uma composteira, no terreno da Horta Comunitária da Zona Norte, para o depósito de restos de alimentos, passíveis de serem biodegradados e transformados em fertilizante orgânico;
- A revitalização do Horto de Plantas Medicinais da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, da Unesp de Araraquara.

Ao final do mesmo ano despontou a oportunidade para a expansão territorial das hortas urbanas, com a criação, pela Prefeitura Municipal de Araraquara, do Programa Municipal de Hortas Comunitárias – Colhendo Dignidade, sancionado pela Lei Municipal nº 9.834, de 12/12/2019 que, em uma primeira etapa, buscou instalar hortas urbanas em cinco bairros abrangidos pelo Programa Municipal Territórios em Rede, a maior parte dos quais na zona norte do município.

Outras duas frentes de atuação emergiram a partir do advento da pandemia do COVID-19. A primeira, resultante da necessidade de contribuir para a melhoria das condições de vivência e de segurança alimentar e nutricional de grande número de estudantes de baixa renda residentes na Moradia Estudantil da Unesp em Araraquara. Com o início do período de quarentena imposto pelo COVID-19, número não desprezível dos 128 estudantes residentes acabou permanecendo na Moradia, por dificuldades ou impedimentos (sobretudo de renda) de diversas ordens para retornarem às suas cidades de origem. Surgiu daí a iniciativa de instalar uma horta comunitária em terreno de aproximadamente 500 m², situado nos fundos das casas da moradia, e que vem sendo mantido ocioso há anos. A segunda frente, conduzida sob o título de Terra Solidária, abrangeu um conjunto de hortas domiciliares, instaladas com apoio de recursos do CNPq, após o início da quarentena imposta pela pandemia do

COVID-19, em cerca de 30 residências periféricas, situadas no território do Valle Verde e nos municípios vizinhos de Américo Brasiliense e Matão.

Passou a ganhar, com esse conjunto de iniciativas, o movimento municipal de hortas comunitárias e solidárias, um caráter de permanente expansão e enraizamento no tecido social de Araraquara. Ao articular as dimensões epistêmicas da economia solidária, das tecnologias sociais, da agroecologia, da educação alimentar e nutricional e do empreendedorismo popular, o movimento adquire uma qualidade sistêmica superior, ultrapassando a fronteira da simples produção de alimentos e galgando ao status daquilo que Dagnino (2020) qualifica como tecnociência solidária.

As imagens adiante ilustram parte das experiências vivenciadas, na Horta Comunitária da Zona Norte, nas hortas domiciliares instaladas em quites de residências e também na moradia estudantil da Unesp.



Imagem 1 - Oficina de percussão – Horta Comunitária da Zona Norte – 2019



Imagem 2 - Atividade na Horta Comunitária da Zona Norte - 2019



Imagem 3 - Horta Comunitária Moradia Estudantil – UNESP - 2020



Imagem 4 - Horta Comunitária domiciliar - 2020

Um registro importante desse conjunto de experiências é o de que, conquanto a força da migração do conceito de horta comunitária, coletiva, mobilizadora e operada em mutirões, para o conceito de hortas domiciliares, familiares, resultante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia, tenha comprometido princípios próprios da economia solidária, propiciaram, em contrapartida, a produção emergencial de alimentos e o fortalecimento de laços de solidariedade de vizinhança.

Considerações finais

As experiências relatadas neste artigo, focando o papel da Economia Solidária, em seus aspectos teóricos e empíricos, buscaram resgatar ações e atividades de caráter econômico, produtivo, comercial, de geração de trabalho e renda, mas também recuperar sua vertente indutora de uma sociabilidade, de uma partilha, da comunhão de vivências e experiências, estabelecendo as (re)conexões de uma comunidade com seus valores formativos, de coletivos com suas demandas por melhoria das condições de vida, da dádiva nas relações intensas com e na natureza, concebendo o trabalho humano na sua acepção de transformação do meio mas também de transformação de si mesmo.

Sob essa perspectiva foram debatidas as contribuições de experiências de Economia Solidária, sedimentadas nos valores da solidariedade, da autogestão e da democracia, no que tange às soluções técnicas, de gestão e de distribuição para soluções de óbices econômicos, sociais e, como nos casos empíricos apresentados, de sobrevivência via segurança alimentar.

Sob esse manto, a Economia Solidária se mostra como uma forma de arranjo coletivo que ultrapassa a dimensão da reprodução material, se espraiando para o questionamento das tecnologias tradicionais, mediante construção e adoção de tecnologias sociais, formuladas a partir dos saberes e fazeres populares e das experiências do trabalho concreto dos atores

envolvidos. Tais tecnologias sociais seriam adequadas para as questões de relevo de curto, médio e longo prazos, alinhadas com as práticas harmônicas que preservem a natureza, em aderência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

Em particular, na experiência empírica de formação de uma Horta Comunitária em local onde é latente a vulnerabilidade sócio-econômica, transfigurando um espaço de despejo de detritos de construção civil e outros matérias, em um espaço de arte, conhecimento e segurança alimentar, pode apontar para uma guinada concreta e simbólica das possibilidades da Economia Solidária. A arquitetura de hortas comunitárias nos espaços de quintais domiciliares, no contexto do isolamento dado pela Covid-19, remete à adoção de uma tecnologia social de pulverização da produção, mas resguardando o caráter solidário de seu propósito, que é produzir para suprir necessidades alimentares. Por fim, a inserção de uma Horta Comunitária no espaço de uma moradia estudantil representa a preocupação dos estudantes para com sua segurança alimentar bem como do seu entorno.

Tendo em vista as experiências locais aqui retratadas, bem como o registro da literatura e dos movimentos contemporâneos para formação de Hortas Comunitárias, espera-se o aprofundamento da investigação sobre sua ocorrência, seus desdobramentos e seu protagonismo na dinâmica da Economia Solidária.

Referências

BLAZOTI, A. R. **Engajamento político na agricultura urbana**: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**. Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/items/2b4f5945-655a-4ea3-ae23-4ac9954b8559>

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Protagonismo do trabalho associado e educação. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. **Economia solidária e transformação social**. Rumo a uma sociedade para além do capital. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p.145–175.

DAGNINO, R. Em busca de um conceito de tecnologia social aderente à Economia Solidária. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S. **Suleando a retomada com tecnociência social**: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, 2018, p 171-195.

DAGNINO, R. **Tecnociência solidária**: um manual estratégico. 2. ed. Marília: Lutas Anticapial, 2020, 161p.

EID, F. et al. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, v. 11, n. 22, p. 1-31, 2015.

FERREIRA, G. C. Pelo direito à cidade: políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis. **História Unicap**. Recife, v. 6, n. 12, 2019.

FONSECA, S. A.; GRIGOLETTO, F. Altos e baixos de uma incubadora de empreendimentos solidários: o caso da INCONESP, de Araraquara. In: ALMEIDA, L. A.; ARAUJO, M. A. M. (Org.). **Incubadora de cooperativas populares**: as experiências da Unesp. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 31-38.

FONSECA, S. A. et al. Panorama da economia solidária em Araraquara. In: CASAGRANDE, E. E.; JARDIM, M. C. (Org.). **Araraquara dos anos 2000**: uma perspectiva a partir de diferentes olhares. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, v. 1, p. 127-143.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Growing greener cities**: in Latin América and Caribe. Rome: ONU, 2014.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & Dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **NAU Social**. Salvador, v.11, n. 20, p.167-184, 2020.

FERREIRA, G. C. Pelo direito à cidade: Políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis. **História Unicamp**. Campinas, v. 6, n. 12, 2019.

FONSECA, S. A.; GRIGOLETTO, F. Altos e baixos de uma incubadora de empreendimentos solidários: o caso da INCONESP, de Araraquara. In: ALMEIDA, L. A.; ARAUJO, M. A. M.; (Org.). **Incubadora de cooperativas populares: as experiências da Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. v. 1, p. 31-38

GONÇALVES, K. S. et. al. Percepção de consumidores de feiras orgânicas da cidade de São Paulo (SP). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Maringá, v. 12, n. 3, p. 76-89, jul./set., 2019.

GRUPO DE TRABAJO INTERINSTITUCIONAL DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA (UNTFSSSE). **Avanzar en la Agenda 2030 a través de la economía social y solidaria**. Ginebra: OIT, 2022. Disponível em: <https://unsse.org/wp-content/uploads/2022/09/Avanzar-en-la-Agenda-2030-a-traves-de-la-Economia-Social-y-Solidaria-UNTFSSSE-2022.pdf>

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LISBOA, A. M. Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social. Algumas considerações. **UNITRABALHO**. São Paulo, 10 nov. 2006. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em: 10 nov. 2006.

MCLINTOCK, N. Radical, reformist and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Environment Journal**, v.19, n. 2, p.147-171, 2014.

MORAIS, L. M.; BASIC, M. Contributions of the social and solidarity economy to the implementation of the sustainable development goals and the construction of evaluation indicators: the case of a settlement in Araraquara, Brazil. **Quality of Life**, v. 31, p. 70-94, 2020.

MORAIS, L. M. Social and solidarity economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. Valencia, n. 98, mar., p. 5-30, 2020.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. **Cities Feeding People**. Ottawa, v. 31, p.1–62, 2000.

SANTOS, L. S. et al. Agricultura urbana: o caso da horta comunitária orgânica do Parque Previdência, no Município de São Paulo, SP. In: OLIVEIRA JUNIOR, J. M. B. (Org.) **Análise crítica das ciências biológicas e da natureza**. Ponta Grossa: Atena, 2019, p. 1-17.

SILVA, S. P.. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018)**: inserção, expansão e crise de paradigma. Texto para discussão. Brasília, DF, Rio de Janeiro : Ipea, 2018.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SINGER, P. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTI, A. **Urban agriculture**: food, jobs and sustainable cities. Vancouver: City Farmer, 1996.

UTTING, P. **Achieving the sustainable development goals through social and solidarity economy**: incremental x transformative changes. Geneve: Knowledge Hub Working Paper. UN Task Force on SSE, 2018. Disponível em:
[http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/DCE7DAC6D248B0C1C1258279004DE587?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/DCE7DAC6D248B0C1C1258279004DE587?OpenDocument)

Submetido em: 28/02/2023 - Aceito em: 11/11/2023.

Org&Demo, Marília, v. 25, 2024. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2024.v25.e024006>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.